

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NARRADO NO
DOCUMENTO BASE DAS CONFERÊNCIAS DE
EDUCAÇÃO/CONAE E A GESTÃO DA ESCOLA
CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ana Paula da Silva Pozzobon

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NARRADO NO
DOCUMENTO BASE DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE
EDUCAÇÃO/CONAE E A GESTÃO DA ESCOLA
CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

por

ANA PAULA DA SILVA POZZOBON

**Monografia apresentada a Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional**

Orientador (a): Prof^a. Mestre Leandra Bôer Possa

Santa Maria, RS, Brasil

2011
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NARRADO NO DOCUMENTO
BASE DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO/CONAE E A
GESTÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

elaborada por
Ana Paula da Silva Pozzobon

Como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

Leandra Bôer Possa, Prof^a Mestre (UFSM) –
(Presidente/Orientadora)

Valmor Scott Junior, Prof. Esp. (UFSM)

Maureline Petersen, Prof^a. Esp.^a (UFSM)

Celso Ilgo Henz, Prof. Dr. (UFSM – suplente)

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Deixo expressos meus sinceros agradecimentos às seguintes pessoas, sem as quais o presente trabalho teria sido impossível:

À minha orientadora Leandra Bôer Possa, pela orientação com valiosas sugestões no decorrer do trabalho e o incentivo ao desenvolvimento do mesmo;

À banca examinadora deste trabalho pela receptividade, acolhida e apoio técnico;

Aos colegas que sempre me acolheram com afeto e amizade, mesmo nos momentos em que precisei me ausentar de Santa Maria para trabalhar, continuaram a apoiar e incentivar minha busca pelo conhecimento;

Ao meu marido, Wesly; minha mãe, Sonia; meu pai, Paulo, pelo estímulo, amor, carinho, críticas, sugestões e paciência neste percurso da minha trajetória acadêmica;

Agradeço também aos professores e professoras do Curso de Especialização em Gestão Educacional, em especial a Celso Ilgo, Reinoldo Marchezan, Leocádio Lameira, Myrian Krum, Lorena Marquezan, Ane Carine Meure e Fabiane Costas.

"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

(Paulo Freire, 1997)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NARRADO NO DOCUMENTO BASE DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO/CONAE E A GESTÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

AUTORA: Ana Paula da Silva Pozzobon

ORIENTADORA: Leandra Bôer Possa

DATA E LOCAL DE DEFESA: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2011.

Frente às mudanças que vêm acontecendo na educação de nosso país, é fundamental olhar para as políticas públicas que movimentam os processos educacionais. Nesse sentido, esta pesquisa analisa quais orientações, para a gestão democrática, inclusão e diversidade, nos oferece o documento base da Conferência Nacional de Educação/CONAE para a gestão da escola pública contemporânea. Também busca-se analisar como estes princípios orientadores aparecem no projeto pedagógico da Escola Municipal de Lagoa Vermelha - RS. Apresenta-se a questão da gestão educacional democrática brasileira em uma escola contemporânea e busca-se no referencial teórico as tendências em educação que estão vigorando no país, bem como suas relações com os princípios orientadores da presente pesquisa. Uma aproximação entre os princípios do documento base do CONAE e do projeto pedagógico da Escola verifica as relações entre os princípios orientadores que nomeiam a gestão democrática, a inclusão e a diversidade nos documentos estudados encerra a presente pesquisa. Para tanto, a metodologia utilizada baseia-se na abordagem qualitativa de caráter documental, desenvolvida a partir da busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico. Dentre as relações estabelecidas entre as teorias analisadas, o documento base do CONAE com a análise do projeto pedagógico da escola, pode-se identificar diferenças que ainda não possibilitam o espaço de gestão democrática dentro do ambiente escolar, fato que tende a mudanças, pois busca-se minimizar estas diferenças a fim de garantir educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Inclusão. Diversidade. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Course of Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

**THE NATIONAL SYSTEM OF EDUCATION NARRATES DOCUMENT BASED
NATIONAL CONFERENCE OF EDUCATION / CONAE AND MANAGEMENT OF
SCHOOL CONTEMPORARY BRAZILIAN**

AUTHOR: Ana Paula da Silva Pozzobon

ADVISER: Leandra Bôer Possa

Date and Local of Defense: Santa Maria, February 28th, 2011.

Before the changes that is happening in education in our country, it's essential to change the perspective on the educational processes in order to change our relations with the world around us. In that sense, this research examines which guidance on democratic management, inclusion and diversity in today offers the base document of the National Conference on Education / CONAE for the management of contemporary public schools and how these guiding principles appear in the educational project of the Municipal School, Lagoa Vermelha - RS. It presents the question of democratic educational management in a Brazilian school contemporary, looking at the theoretical trends in education that are in effect in the country as well as it's relations with the guiding principles of this research. A rapprochement between the principles of the basic document of CONAE and the pedagogical project of School verifies the relations between the guiding principles that democratic management style, inclusion and diversity in the documents studied, terminate the present study. For this purpose, the methodology is based on the qualitative approach of documentary character, developed from the information-seeking document that received no scientific treatment. Among the established relationships between the theories discussed, the basic document of CONAE with the analysis oh the education school can identify differences that still does not allow the space for democratic management within the school environment, a fact which tends to change because it seeks to minimize these differences to ensure quality education for all.

Keywords: Democratic Management. Inclusion. Diversity. Public Politics.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. GESTÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS.....	15
2. CONAE E AS ORIENTAÇÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO E DIVERSIDADE.....	23
2.1 Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional.....	24
2.2 Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação.....	24
2.3 Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escola.....	25
2.4 Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação.....	26
2.5 Financiamento da Educação e Controle Social.....	27
2.6 Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.....	29
2.7 Articulação com os princípios de Gestão Democrática, Diversidade e Inclusão.....	31
3. ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
5. REFERÊNCIAS.....	50

APRESENTAÇÃO

Quando ingressei no curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM, em 2009, recém formada no curso de Graduação em Educação Especial pela mesma instituição de ensino, pensava, muitas vezes, que o ensino era fomentado apenas pela legislação e pela trajetória de experiências de autores e professores do passado. Mas, conforme aprofundava e desenvolvia minhas leituras, percebia que novas perspectivas, ou melhor, que muitas maneiras de gestar a educação foram constituindo a história da educação no Brasil e no mundo. É a gestão que possibilita dar as linhas que hoje traçamos na educação de um país, verifiquei que a educação é, de fato, um processo em constante transformação, que requer a relação entre meios políticos, meios pedagógicos, meios institucionais, enfim, que é cercada por uma rede social, que visa à qualidade da educação para todos, conforme a legislação atual sustenta.

Os diversos processos educacionais vêm sendo discutidos em encontros, conferências, congressos, nas escolas, nas universidades, buscando formas de diagnosticar quais as necessidades dos educandos com relação à educação, dessa forma, verifica-se que a educação pode trazer para o cidadão dignidade, respeito, qualidade de vida e que nada pode acontecer em relação às mudanças e transformações que não comece pela educação.

O processo de inclusão é um pilar de transformação da educação que encontramos hoje, visto que sem respeito às diferenças e as individualidades, conseguimos conferir a educação o status desejado com relação à qualidade. A educação não se dá sozinha, somente com regras prontas e pré-estabelecidas que não vincule a comunidade escolar aos processos educacionais não se pode efetivar a qualidade que se busca hoje na educação para todos. Para tanto é fundamental a mudança do olhar sobre os processos educacionais do país para que possamos mudar nossas relações com o mundo que nos cerca e com a realidade que nos bate a porta.

Neste trabalho faço uma breve retomada sobre o tema da educação inclusiva, tema recorrente na gestão educacional do país que toma como perspectiva a Educação para todos como política pública de Estado. Para dar conta deste trabalho, busco situar

a minha experiência como professora e como participante das discussões de gestão educacional, dialogando sempre com o referencial apresentado em um dos principais documentos produzidos para a discussão da educação do país que foi o documento base das conferências nacionais de educação/CONAE.

O documento base da CONAE é um instrumento que serviu como base para a construção de diretrizes para o Plano Nacional de Educação. Foi construído em conferência nacional no ano de 2010, para aprovação das metas de 2011-2020, após as conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país, para tanto é um documento elaborado de maneira democrática e de fundamental relevância para a construção da gestão democrática participativa da educação no Brasil.

Como educadora especial, trabalho em Sala de Recursos Multifuncional no município de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e deficiência, e que se encontram incluídos em escolas regulares. Por meio de minha prática na área educacional, percebo que o processo de inclusão, constitui-se em estabelecer uma nova relação entre espaço e tempo de ensinar e aprender. O professor tem o papel de promover a apropriação dos saberes, procedimentos e atitudes por parte dos alunos, mediando a aquisição dos conhecimentos educativos através desta nova relação entre o espaço e tempo de ensinar e aprender.

Em função disto a escolha por uma Escola Municipal do município de Lagoa Vermelha se dá pelo fato de ser a única escola municipal que tem a Sala de Recursos Multifuncional e é considerada, perante a política municipal de educação, como uma escola inclusiva, visto que a maioria dos alunos incluídos no município estuda neste ambiente escolar.

Na controvérsia entre realidade escolar e gestão pública da educação, é possível traduzir uma idéia corrente no país sobre a impossibilidade da escola em dar conta dos processos educativos de crianças tão diferentes e diversas. Neste discurso, a escola é narrada como o lugar que não está preparado para esperar um aluno especial, considerado pela legislação atual¹ como aluno que possui necessidades educacionais

¹ Documentos referenciados como: Política Nacional de Educação Especial, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, Plano Decenal de Educação, LDB/96, entre outros documentos com caráter de decretos, portarias e pareceres do MEC.

especiais como: deficiência mental, auditiva, surdez, cegueira, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, registram-se aí a segregação e a dificuldade da inclusão.

Outra idéia percebida no ambiente educacional e familiar é a espera que as estruturas e recursos possam oferecer a possibilidade de cura das dificuldades dos alunos, esperando que todos cheguem num modelo de padronização, modelo em que todos aprendem da mesma maneira e no mesmo tempo, formando assim uma sala de aula de indivíduos iguais, sem distinções. Ou seja, a diversidade é considerada na porta de entrada da escola, mas espera-se que na porta de saída estejam todos os alunos iguais.

O que me leva a esta discussão neste trabalho monográfico é a percepção acerca do contexto da escola e da percepção de que alguns profissionais que trabalham nas escolas têm pouco envolvimento com as diretrizes de gestão da escola ou das discussões sobre a gestão educacional do país no âmbito das políticas públicas. Percebo ainda, que questões como a gestão democrática, a inclusão e a diversidade, apesar de fazerem parte de textos educacionais no âmbito das políticas de estado, podem não ser de domínio conceitual e prático no âmbito da escola e dos profissionais que atuam nela.

Nesse contexto, apresento as seguintes questões de análise: Quais orientações sobre gestão democrática, inclusão e diversidade nos oferece hoje o documento base da Conferência Nacional de Educação/CONAE para a gestão da escola pública contemporânea? E, como estes princípios orientadores aparecem no projeto pedagógico da Escola Municipal nos aspectos relacionados as relações com a comunidade escolar, diretrizes pedagógicas e plano de ação, entre outros, tomando como referência este documento?

Por estes motivos e diante dos pressupostos de valorização de todos os segmentos educacionais e sociais de uma sociedade democrática descritos no documento base do CONAE, propus-me, nessa pesquisa, a desenvolver os seguintes objetivos:

- analisar no documento base das Conferências Nacionais de Educação/CONAE os princípios orientadores que nomeiam a gestão democrática, a inclusão e a diversidade;
- perceber, pelo estudo do projeto político pedagógico de uma escola da rede municipal de ensino do município de Lagoa Vermelha-RS, como se apresentam estes princípios orientadores: gestão democrática, inclusão e diversidade.

Para atender as proposições elencadas nesta pesquisa, a metodologia utilizada baseia-se na abordagem qualitativa de caráter documental, que dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo.

Uma pesquisa documental, constituída por um exame de documentos que ainda não foram totalmente explorados e podem ser reexaminados com uma interpretação nova ou complementar, pode ser útil também para novas pesquisas e reinterpretações. Frente esta opção, faz-se necessário explicar o entendimento sobre esta abordagem e sua justificativa no estudo do objeto em questão.

Nas ciências sociais e, em especial, na Educação, a metodologia utilizada para pesquisas que melhor oferecem resultados é a qualitativa, na medida em que é possível realizar as seguintes considerações:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado... ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, p. 21 e 22, 2000).

Ao pensar desta forma, a pesquisa qualitativa surge em resposta à necessidade de um método diferenciado para pesquisa e análise de fenômenos da sociedade. Assim, a pesquisa deixa de ser apenas o ato de descrever e comprovar fatos reais, como na abordagem quantitativa, apresenta-se como caminho para “construção de textos que dizem respeito a fatos socialmente construídos e que mantêm a consciência da distância que separa a interpretação da realidade” (MELUCCI, 2005, p.34).

Tendo em vista o propósito de analisar quais orientações sobre gestão democrática, inclusão e diversidade nos oferece o documento base da Conferência Nacional de Educação/CONAE para a gestão da escola pública contemporânea e como estes princípios orientadores aparecem no projeto pedagógico da Escola Municipal, esta pesquisa trabalha diretamente com a investigação e interpretação de uma realidade materializada em escritos bibliográficos, circundada em possibilidades de análise oferecidas pelos materiais abordados e pelos questionamentos direcionados a ela; a pesquisa busca compreender fenômenos sociais escritos tanto em nível federal, quanto em nível escolar.

Como procedimento para se chegar a este propósito, optou-se pela pesquisa documental, desenvolvida a partir da “busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Faz-se necessário enfatizar que a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são consideradas as fontes primárias ou dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, nos quais o pesquisador é quem analisa (OLIVEIRA, 2007).

Para Lüdke e André (1986) o estudo de caso, que também é utilizado na abordagem qualitativa, como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico, ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação.

Traz-nos especificidades de um documento rico em dados descritivos, com um plano aberto e flexível, o qual focaliza a realidade de determinado ambiente de maneira complexa e contextualizada.

A partir desta abordagem metodológica, produziu-se um texto permeado na análise dos conteúdos dos documentos referendados e, para tanto, está circunscrito por suas múltiplas possibilidades de discussão neste exercício acadêmico de investigação.

Então, no Primeiro Capítulo, apresento algumas fundamentações acerca da gestão democrática brasileira e suas perspectivas atuais, baseando-me nos referenciais teóricos que pressupõem a gestão democrática participativa, bem como na legislação atual sobre educação inclusiva e sobre os parâmetros nacionais da educação em que se baseia o Sistema Nacional de Educação.

Busco articular os conceitos relacionados aos eixos norteadores da CONAE, com os princípios que orientam minha pesquisa, que são gestão democrática, inclusão e diversidade, tanto no documento base da CONAE, como no projeto pedagógico da Escola Municipal, objetos da presente pesquisa.

Partindo destes elementos apresentados, o Segundo Capítulo situa os princípios orientadores da minha pesquisa, que nomeiam as ações com relação à gestão democrática, inclusão e diversidade no documento base da CONAE, em seus seis eixos norteadores, o que nos reporta às perspectivas do novo Plano Nacional de Educação, discutido de maneira intensa pela sociedade brasileira, através de fóruns, conferências, congressos e pela internet.

No Terceiro Capítulo, trago algumas considerações a respeito do projeto pedagógico de uma escola, quais suas características e funções, assim como a análise do projeto pedagógico da escola Municipal e sua relação com os princípios gestão democrática, inclusão e diversidade.

No Quarto Capítulo apresento, enfim, uma aproximação entre os princípios do documento base da CONAE e do projeto pedagógico da Escola Municipal, vinculando-o às primeiras indagações que objetivaram minha pesquisa monográfica, verificando as relações entre os princípios orientadores que nomeiam a gestão democrática, a inclusão e a diversidade nos documentos estudados.

1 GESTÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS

Na sociedade contemporânea, rapidamente ocorrem transformações tanto no mundo do trabalho, quanto nas formas de comunicação que fazem com que esses acontecimentos incidam de maneira retumbante, nas escolas. Essas mudanças e evoluções vêm aumentando significativamente os desafios em relação às práticas e para a criação de uma nova perspectiva cultural como objetivo do sistema educacional brasileiro. É, portanto, desafiador oportunizar o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico da população, para que o povo possa ter as condições de enfrentar as novas exigências do mundo contemporâneo.

Em minha opinião, essa transformação necessita, prioritariamente, do professor, pois é a ele que se tem dado o 'poder' de transmitir conhecimentos aos alunos. No entanto, é a ele que se tem questionado, desvalorizado e, freqüentemente, colocado à prova a competência de dar conta desta tarefa, pois o Brasil desenvolve-se na economia, exporta culturalmente e ainda encontra-se carente com relação a espaços físicos, materiais, recursos pedagógicos e formação do professor.

A educação no Brasil está inserida num quadro de transformações que segue as tendências internacionais que aplicam exigências ao país, estas geradas pela reorganização das instituições capitalistas. Vivemos e convivemos em um mundo capitalista, em que o valor das coisas é nominado pelo poder do mercado, e a qualidade da educação, tomada como mercadoria gera a necessidade de mudanças.

Por outro lado, a onda de mudanças pode viabilizar, para além da educação como mercadoria, a possibilidade de mudanças significativas na gestão e em novas formas de educação que tenham como protagonistas os professores.

Essas idéias com relação à nova visão da educação e de sua qualidade interferem em mudanças de articulações nas políticas educacionais, tais como: descentralização do poder, efetivando a democratização da gestão escolar, maior autonomia das escolas, reorganização curricular, formas de gestão e direção das escolas feitas de maneira diferenciada e novas tarefas exigidas para os professores, tarefas nas quais podemos referenciar o trabalho com diferentes possibilidades de aprendizado dos alunos, o trabalho com o diferente e com o irregular, fato que causa

muita estranheza aos professores, pois estão ainda muito vinculados ao conceito de igualdade, fato que hoje já não podemos mais confirmar na realidade da escola atual.

Para se entender a organização escolar atual, é preciso associá-la a alguns aspectos mais gerais da sociedade, como economia e política, focalizando as relações existentes entre eles e a escola.

A reforma educacional atual, que se inicia em 1990 no Brasil, tem o Plano Decenal de Educação como um de seus maiores marcos. Este documento foi destinado a cumprir, no período de dez anos (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. O Plano Decenal de Educação foi “concebido para ser instrumento-guia pela recuperação da educação básica do País e estabelecido com a participação de todas as esferas e agentes do processo educativo (BRASIL, Plano Decenal de Educação, p.1).”

De acordo com Michels (2006), a reforma educacional assume a racionalidade administrativa como paradigma. Tendo como base a crítica ao modelo centralizado de planejamento. Na reforma educacional, esse planejamento se apresenta de modo flexibilizado, apontando um novo modelo de gestão.

Dessa maneira, descentralizada, a gestão deverá assumir uma dimensão mais participativa e flexível, trazendo a luta por autonomia pedagógica das escolas públicas, que foi uma busca constante da comunidade escolar, como a política educacional de gestão escolar por meio da descentralização de sua administração e de seu financiamento.

A reforma educacional, ligada a critérios de produtividade, atribui considerável importância aos processos avaliativos, que continuam centralizados na união. Assim, essa proposta de gestão faz uma articulação entre financiamento e avaliação como principais instrumentos.

Michels (2006) comenta que com sinais de que o problema financeiro da educação se centrava na utilização dos recursos a ela destinados, o Estado propõe uma gestão compartilhada dos investimentos, a qual possibilita a captação de recursos e promove o envolvimento da sociedade civil no cotidiano escolar.

As escolas como um todo estão projetando-se para desenvolver uma autonomia democrática e participativa que “tem a tarefa essencial de qualidade dos processos de

ensino e aprendizagem, mediante práticas pedagógicas e curriculares que propiciam melhores resultados aos alunos” (LIBANÊO, 2001).

As reformas educacionais ocorridas na última década, no que se refere à educação, têm suas origens na crise da legitimidade que o setor educacional enfrenta, principalmente por não ser ainda considerada democrática. Percebe-se que a participação é a melhor maneira de se conseguir uma gestão democrática, porque só assim é que se consegue instaurar na escola uma tomada de decisões que, se não contentar a todos, certamente será feita de tal forma que não fuja da realidade da escola.

A escola como lugar de aprendizagem e de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, culturais, ética não pode preconizar o autoritarismo entre seus sujeitos, porque é na participação do mundo interno escolar que os estudantes se formam para o mundo externo, do trabalho, das relações, da política, da academia, ou seja, onde ele irá atuar após o período escolar.

A gestão democrática participativa baseia-se na relação orgânica entre todos os sujeitos envolvidos na escola, no ambiente em que as decisões são tomadas coletivamente, há uma interação nas propostas, todos têm conhecimento nas decisões tomadas. E é participativa no sentido amplo da palavra, todos podem e devem participar dos trabalhos, definindo os rumos da escola.

Mudanças ligadas à gestão chegam à escola e alteram a sua organização. A proposta que se verifica tem sido de descentralizar, atribuindo à unidade escolar a responsabilidade de administrar os problemas que ela e a comunidade apresentam. A partir daí, é necessário que os profissionais da educação assumam a função de gestores educacionais, tornando-se um elo entre a escola e a sociedade.

Desta forma, a educação se constitui como um dos pilares de sustentação das reformas pretendidas, assumindo um lugar de destaque. A escola deve se organizar tendo como diretriz a flexibilização, que se expressa na construção curricular participativa, na avaliação, na formação de professores, na arrecadação de recursos, e mais elementos ligados a organização escolar.

O que nos demonstra que as mudanças sugeridas pelo documento da CONAE (Conferência Nacional de Educação) são mudanças baseadas nos pressupostos de

uma educação que exigirá atenção específica, bem como maiores recursos atitudinais, educacionais, financeiros e pessoais disponíveis para dar respostas às suas necessidades de aprendizagem, significando que a escola deve realmente pertencer ao sistema nacional articulado para que seja garantido o direito para efetivação da educação para todos.

Como diz Coll, Palácios e Marchesi (1995, p.307) a escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Um ensino que inclua a todos, independentemente de seu talento, dificuldade, deficiência e origem cultural, um tipo de ensino que desafia as escolas, pois esta tem como princípio a igualdade de direitos e oportunidades em termos de acesso, ingresso e permanência e, por este motivo, acaba por colocar em crise todo um sistema educacional, fato necessário para novas reavaliações do comportamento e desenvolvimento do ser humano.

Pensar que a escola espera que todos os alunos apresentem ritmos e aprendizagens iguais acaba por segregar quem não se adapta aos ritmos ditados, ou seja, quem está “fora” do padrão. Logo, se o aluno não se adapta em função das diferenças², que estão cada vez mais presentes no seu cotidiano é delegado a uma simples presença física nesse espaço. Sendo assim, a proposta de uma educação inclusiva com vistas à qualidade³ de ensino e de aprendizagem acaba se tornando uma tentativa de homogeneização e de mera socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) incluídos na escola regular.

Para tanto, conforme o autor Libâneo (2001), em suas publicações acerca da estrutura organizacional de uma escola, a educação escolar tem como tarefa promover a apropriação de saberes, procedimentos e atitudes por parte dos alunos pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola, bem como adequar

² Nesse caso, diferença como deformidade, fuga dos padrões ideais de aluno, de pessoa, de cidadão.

³ Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva com o atendimento educacional especializado que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas os alunos têm direito a um ensino de qualidade. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, p.16, 1998).

estratégias para organização e gestão, meta que representa a atual política educacional.

Para atingir a meta, a educação no Brasil precisa assegurar o direito de todos à educação de qualidade, promovendo ações de acessibilidade nos recursos, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos e nos prédios escolares, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas classes comuns do ensino regular.

Pensar em educação, nesse sentido, significa pensar em novas atitudes frente ao aluno, à escola e às políticas vigentes em nosso país. O que implica que a escola precisa fazer parte de uma rede de políticas de assistência e educação que são bem mais amplas e complexas do que a própria instituição escolar.

Verificamos que os três princípios orientadores da nossa pesquisa: gestão democrática, inclusão e diversidade, devem andar juntos na trajetória escolar, pois deve haver uma nova postura dos educadores e gestores com relação à qualidade do ensino, a permanência dos alunos na escola e a efetivação das aprendizagens adquiridas pelos alunos no ambiente escolar. É necessário esse “caminhar juntos”, visto que a educação não é mais uma enxurrada de informações destinadas ao aluno, mas sim uma troca entre professor e aluno, que faz com que o conhecimento tenha significado e seja relevante para o futuro dos educandos.

Uma troca, não somente entre o professor e o aluno, mas também com relação às políticas públicas em educação, que visam à melhor qualidade de vida dos alunos, ampliação da educação obrigatória, garantia de padrões de qualidade de ensino, efetivação das diretrizes de ensino, implementação de um sistema de avaliação voltado ao subsídio do processo de gestão educativa, programas suplementares e de apoio pedagógico aos alunos, ambiente adequado, equipamentos em condições, biblioteca, laboratórios, programas de cultura de paz, contra trabalho infantil, violência, definição dos custos de um aluno que assegure condições de educação de qualidade, docentes disponíveis em todas as áreas, TIC's⁴, planejamento e gestão coletiva de trabalho pedagógico, entre muitas outras atitudes que efetivam a qualidade do ensino em toda sua extensão, desde a educação infantil até o ensino superior (CONAE, 2009).

⁴ Tecnologia de Informação e Comunicação na educação.

A escola de hoje precisa se redimensionar para não apenas ter em sua atuação a possibilidade de conviver com outras modalidades de ensino formal, não-formal, profissionalizante, inclusiva, etc., mas articulá-las e integrar-se a todas, de maneira com que forme cidadãos mais preparados e qualificados para a nova perspectiva do tempo que vivemos.

O ensino deveria contribuir para formar sujeitos capazes de pensar e aprender, promover uma formação global, a fim de suprir as necessidades tecnológicas do mundo do trabalho atual, desenvolver conhecimentos e capacidades para o exercício de vida autônoma, consciente e crítica de cidadania e, por fim, formar cidadãos éticos e solidários com o mundo que os rodeia.

Tratando da questão do capitalismo, segundo Bianchetti (1999); Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) regula a maneira como os países e as pessoas interagem e se interligam ao mundo, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, sociais, entre eles a educação, que vem a cada dia alcançando novos rumos, novos ambientes colaborativos de disseminação.

A comunicação do mundo globalizado permite a expansão do capitalismo, pois não se tem mais barreiras pelo mundo a fora com a internet, o celular, a televisão e outros meios de comunicação tão eficientes e rápidos, trazendo consigo algumas exigências pré-estabelecidas economicamente.

Exigências estas que, muitas vezes, trazem discussões relevantes com relação à postura adotada por cada país ou governante, mas que é necessária e deve ser revista com cautela, pois pode ser facilmente sentida e percebida por todos que os cidadãos que nela estão inseridas.

Depois desta breve apresentação da política capitalista, que está inserida em nossa sociedade de tal maneira que já nascemos fazendo parte dela. Reportando-nos novamente para a educação no Brasil e para as transformações vivenciadas na educação desde a Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos” em que podemos verificar que muitos foram os avanços ocorridos, mas muito também ainda está por ser realizado, pois as metas e planejamentos desta conferência foram muitos e em âmbitos amplos de educação básica e de qualidade para todos.

Tais metas deveriam ser cumpridas ou demonstradas pelos seus avanços em uma década e que são monitoradas por órgãos internacionais e nacionais que demonstram que a reação com atitudes positivas frente a elas, em muitos lugares não aconteceram, mesmo com tantos investimentos e discussões a cerca destas metas.

Verificamos que em duas décadas ainda estamos caminhando em busca da educação para todos, com implementações de planos de educação, com o cumprimento de algumas diretrizes e leis, com reformulações relativas ao desenvolvimento e a qualidade da educação que é oferecida em âmbito mundial.

E também, que atitudes com relação ao analfabetismo, formação docente, inclusão, participação coletiva dos envolvidos com a escola e com a educação estão em andamento e trazendo grandes benefícios tanto aos alunos quanto aos professores em algumas esferas da educação pelo mundo.

No ambiente nacional, percebe-se que muitos avanços estão sendo colocados em prática, ainda em passos lentos, com alguns erros e tropeços, mas que estão começando a ser encaminhados como as políticas de inclusão, a gradual diminuição do analfabetismo, que é significativo.

Uma das metas deste Plano Decenal de Educação é a universalização da educação básica, mas isso não significa somente o acesso das crianças à escola, vai muito mais além, significa universalizar a aprendizagem, não somente em quantidade, mas também na qualidade do ensino. Aprendizagem que não significa números e notas nas avaliações para organizações mundiais que patrocinam a Educação Para Todos, mas um ensino efetivo, de qualidade para aqueles que ingressam na escola, que visam a uma educação para todos de qualidade.

Durante todas as leituras realizadas, verifiquei que o princípio básico é satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, necessidades estas que vão além do português e da matemática, como já comentei em trechos anteriores, que fortalecem o indivíduo em suas capacidades, crenças, valores e responsabilidades perante os direitos humanos em um mundo interdependente.

Esses são também os conceitos que verificamos nos PCN's⁵ e na grande maioria da legislação para a educação que temos a disposição, mas ainda existe uma grande

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais.

lacuna entre o direito e o cumprimento destas legislações, não é possível afirmar com precisão ainda se estão nas políticas mal planejadas, se são nos gestores que ainda não sabem como gerenciar estas ações para o fortalecimento da aprendizagem nas crianças e adultos que estão nas suas escolas, ainda não encontramos o feixe de luz que sane nossas inquietudes frente as dúvidas de como agir em sala de aula para efetivar nossas aspirações de uma educação de qualidade e para todos.

Pensar em atitudes que envolvam além da educação, também a política e a economia de um país em busca de desenvolvimento sustentável fazendo com que os cidadãos possam se orgulhar do crescimento e da evolução da educação como um todo, em todas as esferas, buscando diminuir as desigualdades sociais, os preconceitos, a corrupção e a violência que somente geram um ciclo de instabilidades e estagnações em um país.

O estudo do documento base da CONAE nos mostra a discussão sobre o novo Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação, que visam a garantir não somente estes direitos de acessibilidade, acesso e permanência com qualidade na escola dos alunos de maneira geral, mas também traz outros subsídios que favorecem o desenvolvimento de ações relevantes frente às políticas públicas atuais.

E seus seis eixos norteadores abordam amplamente as estratégias da política nacional na perspectiva de garantir uma educação para todos de qualidade. Dão-nos uma ampla gama de ferramentas para aplicação de novas atitudes frente ao modelo de educação proposto para a gestão democrática e participativa, mostrando como entender que o aluno hoje, e ao longo da sua escolarização, exige atenção específica e maiores recursos educacionais disponíveis para dar respostas a sua necessidade de aprendizagem.

Ao pensar em todos estes temas abordados, reporto-me aos autores referenciados e com cujas idéias iniciamos as conversas sobre o documento base do CONAE e os princípios que orientam as relações de gestão democrática, inclusão e diversidade neste documento.

2 CONAE E AS ORIENTAÇÕES SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

A leitura realizada a partir do documento referência da CONAE - Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação, trouxeram a compreensão de algumas das estratégias que a política nacional visa quando se reporta ao termo educação de qualidade, pois é possível perceber que esse documento tem como finalidade nortear as discussões acerca da educação no país, para que consigamos garantir a valorização de todos os segmentos educacionais e sociais em uma sociedade democrática, bem como a consolidação de um Sistema Nacional de Educação, que ainda não é totalmente definido no nosso país.

Como comentado na apresentação, o documento base da Conferência Nacional de Educação é um instrumento que serviu como base para a construção de diretrizes para o Plano Nacional de Educação. Foi construído em conferência nacional no ano de 2010, para aprovação das metas de 2011-2020, após as conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país.

O novo plano nacional de educação dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares, prevendo a correção de fluxo e o combate à defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população, fato que corrobora com a política nacional vigente em nosso país.

Essas conferências que aconteceram em 2009 e 2010 serviram como momentos de discussão sobre o que está posto no documento referência da CONAE, que serve como parâmetro inicial para as discussões que foram realizadas em múltiplas conferências pelo Brasil, para que possíveis ajustes e mudanças possam se efetivar na garantia de que o plano nacional de educação seja construído por todos os cidadãos envolvidos com educação no país.

Na seqüência, serão comentados aspectos sobre cada eixo norteador da CONAE, com alguns comentários sobre suas perspectivas e possíveis mudanças no cenário da educação nacional:

2.1 Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional

Segundo o documento base da CONAE (2009, pág. 9), confere um sentido ao termo Sistema Nacional de Educação, identifica que esse sistema sempre norteou financeiramente o que acontecia nas escolas, projetos e afins e não o contrário, como de fato deveria ocorrer, pois não é um “valor” que normatiza o que devemos priorizar em educação, mas sim, efetivamente conceber as necessidades reais de crianças, adolescentes, jovens e adultos em relação a sua educação de qualidade e para todos.

Um dos motivos dessa não - viabilização do Sistema Nacional de Educação no Brasil foram as negativas do mesmo sistema público de educação de qualidade para todos os cidadãos, ao contrário do que aconteceu nos países que viabilizaram a organização de um sistema nacional próprio, o Brasil, mesmo tendo em mãos todas as ferramentas para tal aplicação, ainda não consegue sair da estagnação.

A partir desta constatação, o documento mostra diversas atitudes para formar o Sistema Nacional Articulado de Educação, um sistema que envolve todas as esferas do Estado e garante direitos para efetivação da educação para todos, dentre algumas dessas atitudes cito: ampliação da educação obrigatória, garantia de padrões de qualidade de ensino, efetivação das diretrizes de ensino, implementação de um sistema de avaliação voltado ao subsídio do processo de gestão educativa, programas suplementares e de apoio pedagógico aos alunos, ambiente adequado, equipamentos em condições, biblioteca, laboratórios, programas de cultura de paz, contra trabalho infantil, violência, definição dos custos de um aluno que assegure condições de educação de qualidade, docentes disponíveis em todas as áreas, TIC's, planejamento e gestão coletiva de trabalho pedagógico, entre muitas outras atitudes que efetivam a qualidade do ensino em toda sua extensão, desde a educação infantil até o ensino superior.

2.2 Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação

Educação com qualidade social e democratização da gestão deve estar em sintonia com a educação de qualidade para todos (CONAE, 2009, pág. 25), na medida em que a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das

instituições educativas implicam processos de avaliação capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, favorecendo o pleno desenvolvimento e a capacidade de compreensão dos saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos adquiridos dentro do ambiente escolar, compreendendo que as necessidades do mundo do trabalho são muito grandes e os elementos materiais e a subjetividade humana devem também estar compreendidos nessa educação de qualidade.

Esse eixo também conta com a fundamentação da gestão democrática na educação, entendida como um espaço deliberativo e coletivo, onde todos os envolvidos com educação, mais uma vez, devem participar e serem responsáveis pela qualidade do ensino, ampliando assim o debate tanto no ensino básico quanto no superior em relação à autonomia, democratização, descentralização, qualidade e participação, garantindo sua concretização no âmbito escolar.

A construção e consolidação de planos para o sistema, a instituição de ensino, o professor, o aluno, juntamente com uma avaliação que seja formativa e efetiva para indicar a qualidade do sistema de ensino básico e superior, precisam visar não somente o rendimento escolar, mas também outros fatores que influenciam no processo educativo. Nesse sentido, alguns dos princípios que permitem ao Estado desencadear mudanças nas lógicas do sistema hoje presente são: a ampliação dos tempos e espaços para aprender; alternativas de democratização da aprendizagem; inclusão social e diminuição das desigualdades existentes na nossa sociedade; gestão articulada para efetivar e cumprir o projeto de educação integral do estudante;

2.3 Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar

Esse eixo inicia comentando sobre a luta que o Brasil tem travado em relação à democratização da educação ao longo dos anos e suas conquistas (CONAE, 2009, pág. 44). Também cita como ampliação do acesso a alguns segmentos da educação básica tem aumentado, mas, a partir daí, mostra que o segmento que garante acesso de todos é somente o do ensino fundamental e isso é considerado como a porta inicial

para a democratização, visto que os jovens e adultos ainda não tem subsídios para continuar seus estudos após esse período.

Mas a democratização da educação não se limita ao acesso, são necessários os subsídios para a permanência com qualidade nessa instituição de ensino e o sucesso escolar, que não significa somente o rendimento escolar, mas sim as garantias do direito a uma educação de qualidade, que respeite o desenvolvimento do ser humano, o respeito às diferenças, a garantia de acesso a todas as classes sociais e étnicas a educação, à maleabilidade de currículos e modelos educativos que respeitem essa diversidade cultural e social que existe no Brasil (CONAE, 2009, pág. 45).

Também relacionamos essa democratização ao acesso e à permanência da educação com a não - mercantilização do ensino superior, haja vista que as políticas de governo também estão priorizando o ingresso de todas as classes no ensino superior, situação que estava sendo considerada somente para alguns.

2.4 Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação

Com relação à formação e valorização do profissional de educação o texto (CONAE, 2009, pág. 59) nos mostra que sempre estiveram em discussão essas questões, pois a importância do profissional docente no sistema educacional está sempre presente.

Os profissionais devem ter sua valorização dentre outros meios, nos que dizem respeito à formação inicial e continuada, as políticas específicas consistentes e coerentes, a valorização do profissional efetiva, salários dignos e boas condições de trabalho e de carreira. O documento traz a necessidade de ações de formação e de valorização voltadas para os profissionais do magistério a aquelas que se desenvolvem junto aos demais profissionais da educação, mesmo que elas pertençam aos mesmos princípios e concepções.

A Conferência Nacional de Educação (2009, pág. 64) expõe que existem cinco formatos institucionais para a formação de professores que são eles: as escolas normais, as universidades com os cursos de licenciatura com conteúdos específicos vinculados aos pedagógicos, os centros universitários que oferecem licenciaturas em

geral, os IES (Instituição de Ensino Superior), criados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que assumem a formação inicial e continuada de professores e os CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica), que oferecem licenciaturas específicas para educação profissional.

Também nos mostra que a formação continuada em pós-graduação tem espaço efetivo de formação e profissionalização qualificada que amplia o universo social, cultural e político de um profissional da educação. Continua exemplificando que o profissional deve ter acesso as TIC's e às diferentes linguagens midiáticas, reconhecendo e valorizando a diversidade.

Fala em formação inicial e continuada e coloca em questão a EaD (educação a distância), que hoje está a disposição dos mais diversos profissionais, e busca mais garantias de acesso a todos a cursos que não necessitam da nossa presença física, mas sim de meio de comunicação alternativos. Tal modalidade educacional pode contribuir para a democratização dos acessos a novos espaços e ações de formação, visto que proporciona mais flexibilidade na organização e desenvolvimento dos estudos.

O presente documento nos mostra que a formação ainda não é satisfatória no país, pois o ingresso no ensino superior particular ainda é realizado hoje em relação aos custos e, muitas vezes, esse profissional não buscava realmente ser o que é, mas sim um título meramente classificatório para concursos.

Destaca-se também a necessidade de concursos públicos que efetivem a qualidade do ensino, e a política nacional do plano de carreira que propicie a preservação do poder aquisitivo por meio de reposição das perdas salariais, assim como várias outras considerações que viabilizam o bom desempenho do profissional da educação no seu ambiente de trabalho;

2.5 Financiamento da Educação e Controle Social

A educação é um direito constitucional e ao Estado cabe fornecer os recursos financeiros para tal (CONAE, 2009, pág. 82), a Constituição garante percentuais mínimos da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino que são 18% da receita da União e 25% da receita dos Estados. Mas verificamos um

desequilíbrio dessa distribuição de renda das escolas nos diferentes estados da nação, situação que prejudica o financiamento da educação.

Como alternativa para esta situação, o financiamento deve tomar como base o custo aluno-qualidade, que nos mostra qual o custo anual do aluno para que ele tenha insumos educacionais com qualidade.

No ensino superior também percebemos que são necessários programas que apoiem a permanência deste estudante nas instituições, visto que o aumento de vagas e de cursos faz com que o custo do aluno seja mais elevado.

O financiamento da educação é uma tarefa complexa, pois envolve diversos sistemas, mas ainda não há um regime de colaboração entre eles, por isso se faz necessária a democratização da educação, pois assim todas as esferas públicas ou privadas terão os mesmos parâmetros pré-estabelecidos, gerando otimização das políticas, transparência e definição específica da aplicação dos recursos destinados a tal.

O FUNDEB⁶ traz inovações referentes ao financiamento da educação, pois diferencia os coeficientes de remuneração das matrículas pela modalidade e etapa de ensino e também em relação à extensão do turno de ensino, também contempla as creches para efeito de repartição de recursos, e da maior atenção a educação infantil. Além da universalização do atendimento à educação, que garante mais recursos dos impostos pagos pelos cidadãos destinados à educação, porém, somente o FUNDEB não garante essa universalização, são necessárias muitas ações que asseguram esses recursos, como, por exemplo, a transparência das receitas e despesas dos recursos destinados a educação, a articulação entre o tribunal de contas para avaliação e controle fiscal, entre outros.

Ressalta-se que o regime de colaboração entre os sistemas de ensino continua sendo uma luta de todos os profissionais de educação, mais ainda se faz necessária a unidade nacional dentro da diversidade que se constitui nosso país para efetivar esse controle e articulação entre os recursos e as necessidades do ensino;

2.6 Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade

⁶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O último eixo do documento referência da CONAE (2009, pág. 96) nos traz as questões ligadas à diversidade presente nos diversos sistemas de ensino, considerando o eixo político, prático e pedagógico desse trabalho, agregando diversos temas, como a questão étnica, indígena, do campo, da educação especial, ambiental, EJA, educação profissional entre outras. Mostrando-nos que cada um desses temas tem suas especificidades e lugares distintos na constituição e consolidação das políticas educacionais.

Para a construção de um sistema nacional articulado de educação se faz necessário visualizarmos esses temas de acordo com suas características, o que representa um desafio, pois necessita da incorporação de diversos temas no plano aqui abordado e nas políticas que desencadeiam dele. Traz também o conceito de ações afirmativas, consideradas no documento base da CONAE como mudanças culturais, políticas e pedagógicas nas relações de poder e no acesso aos direitos (2009, pág. 100).

Articular justiça social, educação e trabalho para elevar a formação geral e profissional a uma perspectiva integradora e tecnológica criando condições objetivas para a inserção cidadã e profissional de todos. As ações afirmativas buscam a correção das desigualdades e injustiças históricas em determinados grupos sociais, são políticas emergenciais que implicam mudanças culturais, pedagógicas e políticas, relacionadas ao direito à diversidade, o que faz pensarmos em várias alternativas que estimulem essa diversidade e que proporcionam ao estudante direito a educação de qualidade.

Em relação a esses direitos o documento base da CONAE (2009, pág.104) traz as políticas em relação às relações étnico-raciais que garantem o ensino da cultura afro-brasileira nos diversos sistemas de ensino, implementam formação e valorização dos profissionais de educação que pesquisam sobre as questões étnicas e a sua história e cultura, dentre outras perspectivas que fomentam a cultura e a igualdade de direitos.

Quando trata da educação especial (CONAE, 2009, pág. 105), denotam as condições de acesso à escola de alunos com necessidades educacionais especiais, transformação dos sistemas educacionais em inclusivos, e a afirmação da escola como

espaço fundamental a valorização da diversidade e garantia de cidadania, inclusão dos alunos no ensino regular, formação docente no atendimento educacional especializado, garantia desse atendimento educacional especializado com a implementação de sala de recursos multifuncionais direcionadas ao atendimento especializado dos alunos, ampliação da equipe multiprofissional nas escolas públicas regulares, entre muitas outras atitudes que favorecem o desenvolvimento do cidadão com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Com a educação do campo (CONAE, 2009, pág. 107), propõe a superação das discrepâncias e desigualdades sociais entre urbano e rural, ampliação do acesso a escolas do campo em todos os níveis da educação básica e superior, efetivar políticas que valorizem o meio ambiente, ampliação da participação dos gestores das escolas do campo nos movimentos sociais, etc.

Com a educação indígena (CONAE, 2009, pág. 109), pretende-se respeitar as diferenças culturais, a língua de origem, criar e oferecer cursos de licenciatura indígena dentro das IES (Instituições de Ensino Superior), para que se elabore e desenvolva de propostas pedagógicas coerentes com a realidade dos povos indígenas, garantindo a participação do povo nas decisões relacionadas à educação, implementar territórios etnoeducacionais como modelo de gestão democrática tendo como referência a territorialidade dos povos indígenas e diagnósticos sobre suas necessidades educacionais.

Em relação à educação ambiental, o documento base da CONAE (2009, pág. 111) traz a garantia de programas de educação ambiental nas instituições de ensino, introduzir as discussões sobre o assunto na política de valorização e formação de profissionais da educação, assegurar a inserção de conteúdos relacionados nos cursos de licenciatura como atividade curricular obrigatória, inserir a concepção de sustentabilidade articulando a política e as orientações nacionais sobre educação ambiental, etc.

Quanto a questão de gênero e diversidade sexual (CONAE, 2009, pág. 112) expõe-se a importância de garantir a introdução de discussões sobre gênero e orientação sexual na política de valorização e formação de profissionais da educação, inserir no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) a orientação para análise de

estereótipos de gênero e orientação sexual, ampliem editais de pesquisas de gênero, incluindo a diversidade sexual dando-lhes mais financiamento.

Em relação a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco (CONAE, 2009, pág. 112) ressalta-se a necessidade de garantir políticas públicas e de inclusão e permanência destes jovens na escola, mesmo que eles estejam em liberdade assistida, em respeito à ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), inserir discussões a cerca dos direitos das crianças e adolescentes, estimularem formação continuada em relação a este tema.

Quanto à formação cidadã e profissional, o documento base da CONAE (2009, pág. 113) traz a proposta de articulação entre formação cidadã e profissional com enfoque no direito ao acesso de jovens ao ensino médio, construção de uma educação profissional que atenda às demandas do mercado e que forneça profissionais habilitados e qualificados ao ingresso no mercado de trabalho, inserir na formação profissional ações de educação especial que possibilitem ampliação de oportunidades de escolarização, formação e inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A educação de jovens e adultos busca consolidar a EJA (CONAE, 2009, pág. 113) na qualidade e inclusão social alicerçada em um processo de gestão democrática a fim de conclusão de aprendizagens ou de início de formação dos saberes frente aos alunos que não tiveram possibilidade de conclusão no tempo hábil, inserir programas que integrem o EJA a formação profissional e a educação especial a fim de efetivar a participação social entre alternativas possíveis para efetivar a qualidade do ensino para todos;

2.7 Articulação com os princípios de Gestão Democrática, Diversidade e Inclusão

Dessa forma, coloca-se em voga alguns dos conceitos básicos que se referem ao texto, e ampliando a discussão a cerca da formação do sistema nacional integrado de educação brasileira que visa à qualidade do ensino para todas as esferas da população brasileira a qual fazemos parte e que nos mostra tantas desigualdades ainda

é que verifico que o documento referência da CONAE nos traz diferentes estratégias e metas de abordagem com relação à educação.

Metas e estratégias estas que estão dispostas nas dez diretrizes e vinte metas consolidadas no Plano Nacional de Educação que estão seguidas de estratégias específicas para sua concretização e que foi enviado ao Congresso Nacional para averiguações na Câmara dos Deputados.

Voltando-me às três orientações que norteiam minha pesquisa que são gestão democrática, diversidade e inclusão, verificam-se quais os aspectos relevantes descritos no corpo do texto do documento referência do CONAE e que nos demonstram a efetividade destas ações perante a educação de qualidade para todos e que fazem uma articulação com o PPP (projeto político pedagógico) das escolas do país.

Assim, ao tratar do tópico gestão democrática, encontramos o tema mais exposto no eixo II do documento base da CONAE, o qual trata especificamente da qualidade da educação, gestão democrática e avaliação, neste espaço verificamos que a qualidade da educação e a garantia do direito a educação a todos, está intrinsecamente ligada á gestão democrática, por meio de políticas públicas, organização e gestão dos sistemas e das instituições educativa e em sintonia com qualidade de vida e democratização de gestão presentes no âmbito do desenvolvimento participativo, coletivo e autônomo dos indivíduos que estão envolvidos com educação.

A gestão democrática é considerada principio constitucional como prevê o artigo 206 da Constituição de 1988⁷ e para tanto, se não for realizada prática concreta dentro

⁷ Transcrição do **Art. 206 da Constituição de 1988.**

- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

do ambiente escolar, a mesma fica incompleta e sem função, dentro dos princípios que a regem.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas, bem como a participação da comunidade escolar em conselhos escolares, traz a questão da gestão democrática, na qual todos os envolvidos com o ensino de uma escola em questão devem participar efetivamente das resoluções e da efetiva construção dos saberes dentro da escola.

Gestão democrática e participativa, dessa maneira, constitui-se como diretriz a ser concretizada em políticas públicas, principalmente com relação à organização e fortalecimento dos colegiados em todos os níveis de gestão educacional e para tanto consiste em respeitar as diferenças, garantir estrutura e material para a educação de qualidade, superação do sistema educacional seletivo e excludente, fato que possibilita inter-relações entre os sistemas, como modo de produção e distribuição de riquezas, com a organização da sociedade, da política e definições dos papéis que devem ser exercidos pelo poder público com relação ao conhecimento, a ciência, a cultura e as artes.

Segundo o documento base da CONAE (2009) é importante pensarmos que a gestão democrática não deve ser vista somente com um fim em si mesma, mas como um instrumento do processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades sociais e econômicas do país e que a instituição educativa se define pelas relações sociais que desenvolve como instituição, sem perder o ideal de aprendizagem como direito social, humano e democrático em que todos os inseridos no ambiente escolar o constituem e o definem como prioritário. Fato esse que consolida a educação como um sistema no qual realmente todos os envolvidos na educação, deveriam participar de maneira coletiva e colaborativa.

Tratando-se da questão da diversidade o documento base da CONAE traz no eixo I, em seus últimos momentos o seguinte

...a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, adolescentes, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades. Esse direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade. (CONAE, p. 20)

Medida que cita o direito a diversidade como princípio para uma educação de qualidade e que nos demonstra o interesse na educação como função social que respeita a todos, sem distinção de credo, raça, religião, deficiência, identidade, etc. Trazendo também a compreensão que a universalização do acesso a escola e a garantia de permanência dos alunos na mesma, como respeito à diversidade, reconhecendo e superando os limites tanto da escola quanto dos alunos que estão inseridos naquele contexto.

Também em outros momentos, deste mesmo eixo I, trata a questão da inclusão, em que elege a qualidade do ensino como um parâmetro de diretrizes, metas, estratégias e ações que tem dimensão social e histórico-político, para tanto inclusiva, para o Sistema Nacional de Educação que se prioriza nestas referências, significando um investimento em educação que envolve financiamento, inclusão social, reconhecimento e valorização da diversidade, gestão democrática e formação e valorização dos professores, dentre muitas outras ações que como já foi dito o Sistema Nacional de Educação trará de benéfico a educação brasileira.

Também quando se trata da questão da democratização do ensino, tanto básico quanto superior, percebemos que os direitos ao acesso e permanência na escola e universidade fazem parte das discussões, porque somente o fato de ingressar na escola, não garante ao educando a qualidade do ensino, é necessário ao aluno subsídios que efetivem sua plena participação e que garantam seu sucesso no aprendizado, como acesso a políticas de acessibilidade, assistência ao aluno com dificuldades de compreensão e de adaptação ao ambiente escolar, garantias de continuidade e efetividade de trabalho com formação continuada de professores e também a efetiva atuação dos professores frente à classe e aos alunos, de maneira participativa e colaborativa, buscando aprender junto com os alunos as novas perspectivas de nossa realidade escolar.

Não somente nestes trechos comentados anteriormente do documento base da CONAE é que percebemos as questões de inclusão, diversidade e gestão democrática, mas também em eixos que tratam das questões de financiamento da educação, tais significados entram intrinsecamente, pois a garantia de permanência do aluno na

escola e universidade é um fator que requer uma gestão democrática, visto que o aumento de vagas faz com que a qualidade seja considerada diminuída e o custo para o aluno aumentado e neste momento é importante a gestão dos ambientes educativos em função da transparência, equiparando custos, otimização de custos para os alunos e para as instituições, sem deixar de citar a definição dos recursos aplicados em educação com mais garantias tanto para o aluno quanto para a instituição de ensino.

A diversidade do nosso país também entra nesta questão, visto que as articulações entre os sistemas de ensino e as políticas públicas em educação deveriam garantir a efetividade do controle entre os recursos destinados a educação e as necessidades do ensino.

No último eixo do documento base da CONAE verificamos a temática da inclusão, diversidade e igualdade, traço este que nos demonstra que educação deve estar sempre intimamente ligada à diversidade dos indivíduos que atuam no processo educativo, a inclusão destes indivíduos com qualidade e ao direito a igualdade em todas as esferas do ensino, pois, todo cidadão tem plenos direitos à educação de qualidade para todos, seja ele, rico, pobre, negro, branco, índio, mestiço, deficiente, “normal”, homossexual, heterossexual, enfim, não cabe a escola e às instituições de ensino definir quem deve ou não freqüentá-las, mas sim ao indivíduo, que tem direito a qualidade de ensino e que deve exigir da política nacional, dos governantes e das instituições o respeito a este direito.

Sendo assim, este último eixo do documento base da CONAE, o eixo IV, nos traz as questões relacionadas com a diversidade, que, como já comentamos, está presente nas diversas esferas da educação em um país tão grande como o nosso. E estar presente em todas as esferas da educação significa que devemos observar com olhar atento, as diferenças sejam elas culturais, étnicas, do meio rural, da educação especial, do meio ambiente, da educação de jovens e adultos, educação profissional, entre outras esferas que podem estar agregadas a este tema e isso significa também muitas dificuldades, pois traz a necessidade de abordar cada sujeito/aluno de acordo com as suas especificidades.

Então, com relação à diversidade, o documento base da CONAE traz a intenção de implementação de formação e valorização dos profissionais que se envolvem no

ensino da cultura afro-brasileira, muito importante, pois tratam da cultura e formação do nosso país como Estado, condições de acesso e permanência dos alunos da educação especial nas redes de ensino, valorização dos profissionais que atuam com os alunos, em equipes multidisciplinares, visando favorecer a aquisição dos conhecimentos pelos alunos com necessidades especiais dentro do ambiente da escola regular no país.

Diminuição das diferenças de ensino no meio rural e urbano, favorecendo a educação de qualidade no meio rural, para preservar e valorizar o meio ambiente, com políticas públicas voltadas a valorização também do profissional que atua no meio rural, facilitando assim a aquisição do conhecimento, sem a necessidade da evasão do campo pelos jovens que lá residem em função da pouca escolarização que é oferecida.

Também com relação à educação indígena, o respeito à cultura, oportunizando cursos que ensinem as línguas de origem dos povos indígenas, bem como o Português para garantir aos índios a participação efetiva nas decisões relacionadas com educação; territórios etnoeducacionais, fator que garante à população indígena verificar quais as reais necessidades educacionais de seu povo, favorecendo assim a aquisição dos conhecimentos pelos seus descendentes, sem perder a suas origens e sua cultura tradicional.

Ainda, voltando-se ao meio ambiente, a educação ambiental traz a valorização dos conhecimentos em preservação, inserindo na educação valores de respeito ao meio ambiente e a valorização da sustentabilidade para que os profissionais da educação possam incentivar seus alunos a preservar e respeitar o meio ambiente, reciclar, utilizar de maneira sustentável os recursos que a natureza pode oferecer, sem a necessidade de destruir, poluir, desmatar, entre tantas outras ações que hoje verificamos a necessidade de modificação, para que a natureza seja preservada e continuem nos trazendo as riquezas que nela estão presentes.

Quando nos referimos ao direito à diversidade, também estamos nos voltando ao respeito às diferenças de gênero sexual. A Conferência Nacional de Educação nos mostra que é necessário respeitar as diferenças, inserir discussões nas escolas e nos diferentes espaços das comunidades escolares a respeito para que se fortaleça a questão relacionada ao respeito, a valorização do indivíduo, dentre outros aspectos. E na educação de jovens e adultos, o respeito à trajetória destes indivíduos, orientando-

se pelas políticas públicas já constituídas e inserindo novas metodologias aplicadas ao aluno que trabalha o dia todo, que tem família, que muitas vezes vem de um ambiente segregador, não teve condições de estudo no tempo habitual, está em situação de risco, etc., valorizando assim a inclusão e permanência também deste público na escola para efetivação dos conhecimentos, fato que, em muitas situações, não foi possível ao indivíduo no tempo considerado hábil para a formação educacional.

Garantindo também a ampliação das possibilidades de formação e inserção no mundo do trabalho, com educação profissional, que trará a valorização ao indivíduo, atendendo também a demanda do mercado, necessitando seguidamente de formação especializada para ser desenvolvido.

Percebemos então, que os princípios de gestão democrática, diversidade e inclusão, que permeiam a presente pesquisa, estão sempre em voga nos comentários de todos os eixos do documento base da CONAE, e que está é uma busca significativa de qualidade em educação, pensar nos direitos, nas relações sociais, na participação democrática dentro do ambiente escolar.

E não somente isto, pensar também em maneiras de como conseguir integrar todas estas esferas, buscando a qualidade efetiva da educação, visando sanar o analfabetismo, a evasão escolar, a valorização do profissional em educação, que apesar de ainda não ser tão valorizado no nosso país, sabemos ser a base fundamental do início de todos estes processos que percorremos ao longo de nossa formação social como cidadãos ativos dentro do ambiente em que vivemos e convivemos.

O documento base da CONAE traz novas perspectivas para a educação, porque foi feito em conjunto com a sociedade, fator que colabora para sua efetivação, pois, como sabemos nada acontece sem ação efetiva da sociedade e esta ação somente acontecerá com a educação, visto que as reformas e novas diretrizes visualizadas nas discussões realizadas em todas as conferências municipais, regionais e federais sobre educação estão buscando basear-se na realidade atual, visando às dificuldades percebidas, pelos professores, pais, empresas, enfim, por todos que participam do caminho da educação.

Pensado assim, é que agora iremos destacar o projeto pedagógico da Escola Municipal e sua relação com os princípios orientadores da presente pesquisa, gestão democrática, inclusão e diversidade.

3 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Primeiro vamos pensar o que é o projeto político pedagógico de uma escola, qual sua intencionalidade e função.

Definindo e conceituando o nome do documento que é o projeto político pedagógico, que tende a alcançar as metas e aspirações a serem realizados no ambiente escolar, que traz o seguinte (GESTÃO ESCOLAR, dez. 2010/jan. 2011):

- *Projeto* – reúne propostas de ações concretas para serem executadas ao longo de determinado período de tempo dentro do ambiente escolar;
- *Político* – considera a escola como um espaço no qual se formam cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuam na sociedade em que fazem parte, modificando os rumos que esse cidadão irá seguir em sua vida;
- *Pedagógico* – define, organiza e elabora as atividades e projetos educativos que são necessários ao processo de ensino aprendizagem do ambiente escolar.

Assimila a força de um guia, um norteador da direção a ser seguida, não apenas para os gestores e educadores, mas também pela comunidade escolar. Na sociedade atual vivemos em um contexto de projetos, no qual estamos sempre buscando prever e antecipar as condutas para o futuro, buscando melhorar a condição de vida do ser humano, segundo Gadotti (apud Veiga, 2001) a palavra projeto vem do verbo projetar, dando a idéia de sempre estarmos em movimento, lançando-se a frente das mudanças.

Isso significa que o projeto político pedagógico de uma escola deve sempre lançar mão de perspectivas de ensino e de diretrizes que norteiam a efetividade das ações da escola, bem como refletem a metodologia de trabalho que deve possibilitar a ressignificação das ações de todos os agentes da instituição escolar.

O projeto político pedagógico da escola deve ser entendido como o instrumento e processo de organização da escola que tem como propósito a explicitação dos fundamentos teóricos e metodológicos da escola, os objetivos propostos para o trabalho dentro da instituição, o tipo de organização e as formas de implementação e de avaliação que transcorrem dentro do ambiente escolar.

Para tanto é necessário sempre a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar, como já foi comentado anteriormente, não somente dos gestores da escola, mas de pais, professores, alunos e sociedade para que possa realmente

efetivar as ações e projetos educativos presentes no documento, que foi elaborado, aprovado e colocado em prática pelas escolas.

Segundo Libâneo

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica das escolas é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. (2001, p.137)

Sendo assim, o projeto pedagógico⁸ de escola deve priorizar a formação do aluno como um todo, percebendo e contemplando todas as esferas de seu pleno desenvolvimento para que a função da escola seja efetivada.

Tratando também deste tema, foi debatida a questão da existência do PPP como um dos pilares na construção de uma gestão democrática, visto que por meio dele, são definidas as metas e ações a serem implementadas pela equipe que atua diretamente na escola, no qual todos assumem a responsabilidade de cumprir e cobrar o que está disposto no projeto, para que com um PPP bem estruturado, possa-se ter identidade clara e segurança na tomada de decisões.

Por ter tantas informações, o PPP se constitui como uma ferramenta de planejamento e avaliação que deve ser consultado em todas as tomadas de decisões na escola, pois “o PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro nas discussões de referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo.” (PADILHA, 2001).

No PPP é importante destacarmos os seguintes tópicos: missão, clientela, dados sobre aprendizagem; relação com a família; recursos; diretrizes pedagógicas e plano de ação como fundamentos para uma construção efetiva das reais necessidades da escola, fazendo com que de fato o PPP seja a ferramenta presente nas ações

⁸ Utilizaremos durante o texto tanto a sigla PPP (projeto político pedagógico) quanto o nome projeto pedagógico, pois, o primeiro é ainda utilizado pela escola em questão e o segundo modelo é o sugerido nas políticas atuais.

relacionadas ao planejamento e avaliação voltadas às decisões que serão tomadas frente à escola.

Buscando agora as relações do PPP da Escola Municipal que analisamos, ressalto que não vou transcrever todo seu conteúdo e sim comentar no corpo do trabalho os aspectos relevantes e que considero importantes para esclarecer e situar as ações fornecidas sobre o mesmo.

Então, a Escola Municipal traz no primeiro momento de seu PPP a contextualização da problemática da escola, fazendo referência a sua fundação e localização, bem como os anseios da comunidade que reside em seu entorno, que em sua maioria é de nível sócio-econômico baixo, enfrentando muitas dificuldades com relação a drogas, violência, desestruturação familiar, etc., fatores que contribuem para um baixo rendimento escolar de seus alunos e concomitantemente dos familiares dos alunos.

Comenta sobre sua equipe técnica, sua equipe diretiva e quais são os meios que mantêm a escola, que é pública, municipal, faz referência também aos esforços dos professores em manter uma dinâmica na escola, que estimule o aprendizado dos alunos de maneira inovadora.

A escola conta com mais de duzentos alunos de educação infantil á 9º ano, tendo todos os professores graduados na área de atuação que trabalham.

Também traz a necessidade de algumas mudanças, em longo prazo, como ampliações do espaço físico, reforma do espaço de informática e criação de funções como secretaria de escola e coordenador pedagógico que a escola ainda não possui.

O PPP da escola traz suas metas e objetivos de todos os anos de ensino fundamental, bem como, as formas de avaliação da escola. Ainda estava em fase de reformulação, visto que as necessidades da escola mudam de ano para ano e algumas novas metas estão sendo anexadas ao projeto pedagógico da escola.

Depois de situada a escola e sua situação funcional, descreverei sobre as observações com relação aos princípios de gestão democrática, diversidade e inclusão e como estes princípios orientadores aparecem no projeto pedagógico da Escola Municipal.

Notamos que o PPP da escola traz os tópicos a serem seguidos para uma boa organização do mesmo, que já citamos anteriormente, isso faz com que ele seja coeso. Alguns aspectos ficam em falta, ou pouco esclarecidos, mas no somatório total, ele está bem disposto e traz clareza dos objetos e aspectos propostos no transcorrer do mesmo.

Começando pelo princípio da gestão democrática, se este tópico é citado em algum momento e de que forma no PPP da Escola.

No texto do PPP, não verificamos a palavra gestão democrática propriamente dita, mas alusão a ela, quando comenta sobre a forma de gestão na escola, pois em alguns momentos traz referências a “*escola verdadeiramente democrática*” que nos induz a crer no processo democrático participativo dentro do ambiente escolar, já que também verificamos que a construção do projeto se dá no somatório de esforços, multiplicação de potencialidades e intercâmbio entre toda comunidade escolar⁹.

Para tanto acredito que este seja o norteador do processo de gestão da escola, de alguma maneira ele traz também a identidade da escola como espaço de construção da cidadania, ato que nos demonstra ainda mais sua idéia democrática.

Tratando então do principio de inclusão, este assunto não estava ainda disposto no ano de 2009¹⁰, mas, como todos os PPP’s das escolas municipais estão em reformulação no de 2010, foi solicitado a equipe que trabalha com educação especial no município que referenda-se as contribuições do trabalho em educação especial no PPP de todas as escolas e para tanto, este processo está em fase de validação pelo Conselho Municipal de Educação do município de Lagoa Vermelha.

As ações voltadas ao atendimento de alunos com necessidades especiais na escola acontecem na Sala de Recursos do município, anexa a está escola, mesmo não estando dentro das dependências da mesma, em função do espaço físico reduzido acontecem diariamente, com todos os alunos matriculados no ensino regular que necessitam de acompanhamento especializado para complementar/suplementar as ações que acontecem na sala de aula regular de cada indivíduo.

Por tanto, foi elaborado no ano de 2010, a complementação dos aspectos que abrangem todas as áreas da educação especial e da inclusão, considerando a Escola

⁹ Comunidade escolar é entendida aqui como um conjunto de todos os participantes do processo educativo escolar, ou seja, pais, professores, alunos, funcionários.

¹⁰ O PPP da escola é de 2009, mas como estava sendo reformuladas no momento da presente pesquisa, algumas considerações trazem também as mudanças planejadas em 2010.

Municipal como uma escola inclusiva, que respeita a diversidade e as diferenças tanto de seus alunos quanto dos profissionais que nela estão inseridos.

No entanto, o PPP que foi analisado refere-se à inclusão de maneira sucinta e tratando de aspectos gerais, quando comenta sobre o problema das reprovações, considera a mesma a partir do interesse do aluno e da família, dos problemas emocionais e/ou neurológicos que afetam o processo de aprendizagem, fazendo referência a revisão dos processos educacionais dentro do ambiente escolar quando dada a necessidade de um aluno em defasagem.

Percebemos, portanto, que pouco se tem com relação à inclusão propriamente dita no PPP de 2009, mas não podemos deixar de destacar que isto está em processo de transformação e que, o novo PPP da escola trará todas as referências sobre a educação especial, o trabalho da escola inclusiva, bem como as alternativas diferenciadas de ensino que a escola propõe e presta aos alunos que estão inseridos na mesma. Conforme orientações fomentadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em suas últimas alusões ao tema na resolução n° 04/2009 e nas notas técnicas n° 09/2010 e n° 11/2010 fixados na legislação atual.

Conforme a leitura do PPP percebeu-se que a escola trabalha com princípios de diversidade e inclusão, na qual todos os alunos trabalham de maneira coletiva, mas com professores ainda despreparados, sem formação específica ou continuada sobre as questões referentes à inclusão.

Quase todos, enquanto comunidade escolar, buscam auxílio para o trabalho com os alunos inseridos no ambiente escolar, mas percebe-se que ainda não está totalmente formada a percepção sobre o contexto da escola por parte de alguns profissionais que tem pouco envolvimento com as diretrizes de gestão da escola ou das discussões sobre a gestão educacional do país no âmbito das políticas públicas é evidente.

O PPP da escola trata brevemente da questão da diversidade, considerando a questão de respeitar as diferenças culturais da família e dos alunos inseridos na escola, visto que é uma escola de bairro humilde, onde há grande evasão escolar por questões financeiras e/ou culturais. Para tanto a escola, busca alternativas para garantir a

continuidade da escolarização destes alunos, possibilitando seu retorno à escola em diversos momentos.

Traz também a questão referente à participação legítima da comunidade escolar que faz com que a escola seja um espaço vital, onde se expressam as representações e saberes diversos dos homens em interação. Está justificativa nos faz acreditar que a escola respeita e interage com a diversidade, pensando nos princípios e valores mútuos e de coletividade, que os sujeitos instituem nas suas relações escolares.

Refere-se também, à questão do respeito que o professor deve ter pelo aluno e por suas constantes transformações ocasionadas pelo meio ao qual está inserido e sua realidade. Expõe que o professor deve auxiliar o aluno, orientá-lo na construção de seus ideais e necessidades; que a construção do conhecimento sistematizado de um cidadão torna-o capaz de ter suas próprias diretrizes e conceituações. Traz a questão da diversidade implicitamente, visto que este é um dos princípios básicos de cidadania, o respeito às diferenças e a diversidade de gênero, raça, religião e princípios.

Verificamos que muitas situações não são contempladas de maneira explícita no corpo do PPP da escola, e que algumas mudanças estão ocorrendo ao longo do ano de 2010, fato que traz novas perspectivas ao ano letivo de 2011, trazendo para a escola uma visão mais humanizada e inclusiva.

Nota-se que a escola rege-se pela perspectiva da gestão democrática participativa, onde todos são agentes de transformação e todos têm sua parcela de competências e desafios a traçar, objetivando o que a CONAE e o Plano Nacional de Educação nos trazem, uma realidade na qual a educação é para todos e por todos.

Uma educação com qualidade e que respeite as diferenças e individualidades dos envolvidos no ambiente escolar, proporcionando a todos a efetivação da aquisição dos conhecimentos que os coloquem como cidadãos plenos de seus direitos e deveres para com a sociedade é o que esta escola almeja.

Percebo ainda, como já comentando na introdução da presente pesquisa, que questões como a gestão democrática, a inclusão e a diversidade, apesar de fazerem parte de textos educacionais no âmbito das políticas de estado, podem não ser de domínio conceitual e prático no âmbito da escola e dos profissionais que atuam nela.

Para tanto se faz necessário repensar as atitudes que vivenciamos ao longo deste estudo do PPP da escola. É emergencial a necessidade de discussões, grupos de estudo, palestras, enfim, ações voltadas ao esclarecimento de tais questões, pois, para que a escola seja de fato um ambiente estimulador e rico em aprendizagens todos deve estar e sentir-se envolvidos.

4 CONCLUSÕES FINAIS

O presente estudo monográfico, elaborado a partir da necessidade de compreensão dos princípios de gestão democrática, inclusão e diversidade. Que orientam a política nacional na construção democrática e participativa frente às construções sociais, nos trouxe a possibilidade de verificar quais as atitudes que estão sendo realizadas em nosso país com relação à educação de qualidade objetivada em diversas conferências nacionais e internacionais que vem acontecendo há alguns anos.

Chego ao momento da conclusão desta pesquisa; e refletindo sobre os princípios que orientaram meu trabalho (diversidade, inclusão e gestão democrática). Noto que fica evidente a relevância deles para a consolidação das políticas públicas em educação hoje.

Pensar nas orientações sobre gestão democrática, inclusão e diversidade que nos oferece o documento base da Conferência Nacional de Educação/CONAE para a gestão da escola pública contemporânea e, como estes princípios orientadores aparecem no projeto pedagógico da Escola Municipal foi tarefa importante, pois a contemporaneidade da escola exige isso.

O que fica é que já não se pode admitir mais um processo de gestão da escola construído somente com a visão do diretor, administrador responsável pela escola. Faz-se necessária uma construção coletiva, que leva em conta a participação e a valorização dos interesses da comunidade escolar, englobando os elementos técnicos do projeto pedagógico com os anseios em relação à educação, formando a noção de diálogo dentro do ambiente escolar.

Concordando com o que venho escrevendo desde então, pois o documento base da CONAE nos traz metas, diretrizes que fomentam a possibilidade de mudanças nas práticas de gestão escolar, “transformando as relações de poder, de práticas e de organização escolar em si, e não em inovações, como costumava acontecer com a administração científica¹¹.” (LÜCK, 2000, p.15).

Então, percebe-se que o princípio de gestão democrática, mesmo que implícito, é verificado no projeto pedagógico da escola. Podendo observar-se em seu contexto a relação da distinção de autonomia dada a todos os elementos constituintes do projeto, que tem poder de atuar em diferentes momentos nas decisões escolares e que tem

¹¹ Referindo-se a prática anterior a década de 80 em educação no Brasil, na qual a busca pela unidade do processo educativo se dava através do controle do trabalho pelo supervisor.

capacidade de gerir o ambiente escolar dentro da comunidade a qual faz parte e está inserida.

Como já citado anteriormente, no transcorrer dos capítulos, ainda não é perceptível a relação entre os princípios norteadores da presente pesquisa com o que está escrito em todas as esferas do planejamento escolar, mas a possibilidade de atuação frente à realidade escolar existe e este já pode ser considerado um fator de destaque, visto que traz a possibilidade de diálogo entre a comunidade escolar. Baseando-se nas perspectivas das metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação que está em vias de ser confirmado pelo Governo Federal.

Com relação ao princípio da diversidade e inclusão, encontramos relações que tratam das políticas de acesso e permanência de todos na escola, também com relação ao trabalho de respeito às diferenças para com toda a comunidade escolar. Isso favorece a noção de diversidade na sociedade atual, na qual somos cidadãos diferentes, temos nossos valores e princípios. Sendo assim, a escola não deve rotular ou questionar estes valores distintos, dando assim, ênfase ao respeito e a dignidade do indivíduo.

Talvez pensar no multiculturalismo¹² fosse um dos caminhos para combater os preconceitos e discriminações ligados a gênero, raça, religião e princípios, constituindo assim uma identidade nova para a sociedade, uma sociedade como a nossa que é composta pela diversidade, nas quais a cor da pele, modos de falar, deficiências, diversidade religiosa não necessitam mais fazer a diferença.

Essas diferenças, no mundo capitalista em que vivemos, podem ser consideradas, em casos pontuais da nossa vida em sociedade, como definidoras de mobilidade e posição social, portanto, mesmo não sendo o único espaço de integração social, a escola pode e deve possibilitar a consciência da necessidade dessa integração, desde que todos tenham a oportunidade de acesso a ela e a possibilidade de nela permanecer.

Pensando assim, verificamos a possibilidade de transformação que a educação possibilita, não somente com relação à aquisição de conhecimentos, mas também a

¹² Segundo o dicionário significa a prática de acomodar qualquer número de culturas distintas numa única sociedade, sem preconceito ou discriminação. Disponível em <http://www.dicio.com.br/multiculturalismo/>.

criação de valores e princípios favorecedores de atitudes democráticas com respeito e valorização das diferenças, que buscamos em nossas falas e que estão prescritas nas legislações atuais.

Tanto quando se trata de ações de curto prazo, quanto de ações a médio e longo prazo é visível a necessidade emergencial de posturas diferenciadas em educação. Posturas estas que tragam efetividade nas ações frente aos alunos, aos professores, a família, enfim, que possibilite a todos uma educação efetiva e de qualidade, que foi muito citada ao longo do presente trabalho.

Em resposta aos questionamentos feitos no início desta pesquisa trazemos Saviani

[...] o aparente fracasso é, na verdade, o êxito da escola: aquilo que se julga disfunção é, antes, a própria função da escola, um instrumento de reprodução das relações de produção, de natureza seletiva [...]. Fundada no modo de produção capitalista, dividida em classes com interesses opostos [...]. (SAVIANI, 2005, p.30)

É possível modificar estes interesses, propondo aos professores, educadores, a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino, esforçar-se para garantir por meio da escola um ensino de qualidade.

É o caminho percebido neste estudo monográfico, discutir possibilidades de ação frente aos limites impostos tanto pela sociedade, quanto pelos instrumentos utilizados pela sociedade para embargar atitudes que respeitem as diferenças individuais. Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, bem como a ênfase na diversificação metodológica e técnica, no sentido de suprir as carências dos alunos, pais, professores. Enfim, possibilidades estas, que supram a compreensão da natureza do fenômeno educativo proposto para o Sistema Nacional de Educação que está se buscando ao longo destas discussões com relação à educação brasileira.

Nesse sentido, a evolução para uma educação de qualidade e efetiva no Brasil, será possível a partir do momento em que, com acesso a informações e com referência a exemplos de sucesso, toda a sociedade se conscientizar da sua responsabilidade no processo de mudança e melhorias na educação.

Todos os apontamentos que foram trazidos no transcorrer do texto desta pesquisa podem abarcar inúmeras reflexões sobre o tema a partir de um olhar diferenciado. E a escrita que aqui finda, não encerra todas as possibilidades de análise.

Quando realizada sua leitura, ela também comporta espaços para a ampliação e ressignificação de conteúdos que tragam novas possibilidades de discussão e que possibilitem novas alternativas de efetivação das políticas públicas com relação à educação e principalmente alternativas que visam os princípios que nos trouxeram a presente pesquisa, considerados aqui como fundamentais para qualidade do ensino no Brasil que são a gestão democrática, inclusão e diversidade.

Com este estudo monográfico, esperou-se trazer uma visão mais próxima da realidade escolar, que ainda traz a cultura tradicional de ensino formal e que ainda não se constitui como ambiente totalmente democrático, que respeita a diversidade e a inclusão com a qualidade almejada nos preceitos do documento base da CONAE e também das políticas em educação que estamos envolvidos agora no Brasil.

Mas que traz a perspectiva da busca por estes princípios com novas alternativas que atendam aos interesses da comunidade escolar, buscando compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os membros inseridos na mesma, respeitando a individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais, novas fontes de enriquecer o trabalho coletivo.

5 REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Ed. Cortez, 2º edição. 1999.

BRASIL, **CONAE - Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação**, Documento Referência; 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 jan. 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva**. Brasília - Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação**. Disponível em: <http://lpp-uerj.net/olped/documentos/conflitos/area_trabalho/1683.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jan. 2011.

Definição de Multiculturalismo. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/multiculturalismo/>>. Acesso em 10 jan. 2011.

COOL, C.; PALÁCIOS, J. ; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. V. 3, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

EDLER, C. R. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREITAS, S. F.; RODRIGUES, D.; KREBS, R. (orgs.). **Educação Inclusiva e necessidades educacionais especiais** - Santa Maria, Ed. UFSM, 2005.

FERREIRA, N.S.C; AGUIAR,M. **Gestão democrática da educação no contexto da**

reforma do estado. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

Gestão Escolar. Revista Nova Escola Gestão Escolar, ano II, nº 11, Ed. Abril. dez. 2010/jan.2011.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S.. **Educação escolar** - políticas, estrutura e organização, 5° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 4° ed., Editora Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** 3° ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÜCK, H. Perspectivas de gestão escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores. In: **Em Aberto.** Brasília, v. 17, nº 72, fev./jun.2000.

LÜDKE, M.; André M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "**Plano Decenal de Educação para Todos**" **(verbete).** *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=91>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão:** eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social,** Editora Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico**: Como construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola. Ed. Cortez, 2001.

Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Clóvis Pestana de Lagoa Vermelha. 2009/2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 37° ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TORRES, R. M. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT / Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 7 ed. rev. e atual. – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.